PODER

Dinheiro do triplex será devolvido à OAS

Imóvel que serviu de pretexto para colocar Lula na prisão foi leiloado, mas recurso estava bloqueado. Justiça levou em consideração o arquivamento da ação contra o presidente

» CAETANO YAMAMOTO*

Reprodução



Lula visitou o imóvel acompanhado do dono da OAS, Léo Pinheiro (de costas). Empreiteira era a dona da unidade

A Justiça Federal determinou que a OAS Empreendimentos receba todo o dinheiro obtido com a venda do triplex no edifício Solaris, no Guarujá (SP), atribuído ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela Operação Lava-Jato e que serviu de base para a condenação que o manteve preso por 580 dias na sede da Polícia Federal, em Curitiba. O imóvel foi comprado em leilão, em 2018, por R$ 2,2 milhões (cerca de 2,4 milhões com as correções), que ficaram depositados em uma conta judicial na Caixa Econômica Federal.

A decisão confirma que o apartamento estava registrado em nome da OAS e não de Lula. A determinação pela devolução do dinheiro à empreiteira foi assinada pelo juiz federal substituto Marcelo Gentil Monteiro, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, em 5 de novembro.

Segundo o magistrado, com o arquivamento da ação contra o presidente e a anulação das decisões anteriores, deixou de existir a justificativa para que o dinheiro continuasse bloqueado. A Procuradoria-Geral da República (PGR) concordou com o pedido da OAS e considerou que a empreiteira comprovou ser a proprietária do imóvel. A Justiça consultou, também, outros tribunais com processos que poderiam atingir o triplex ou o dinheiro da venda e todos informaram não haver impedimentos.

A decisão esclarece que os pagamentos feitos à cooperativa Bancoop, pela falecida ex-primeira-dama Marisa Letícia, referiam-se a outro apartamento do mesmo edifício, mas de 82 m², e não ao triplex. Em 2021, a Justiça de São Paulo mandara devolver os valores pagos por ela, ao reconhecer que a família não recebeu o imóvel.

Um dos pontos considerados pela Justiça é que o triplex estava formalmente registrado em nome da OAS, tanto que a matrícula no Registro de Imóveis do Guarujá apontava a empreiteira como proprietária. A defesa de Lula apresentou documentos que apontavam que a história do tríplex começou em 2005, quando Marisa Letícia se associou à Bancoop e adquiriu uma cota no edifício — à época chamado Mar Cantábrico — correspondente à unidade 141.

R$ 2,2 MILHÕES

foi o valor pelo qual o triplex foi comprado em 2018. Imóvel tem 215 m² distribuídos em três pavimentos

Em 2009, a Bancoop enfrentou problemas financeiros e a OAS assumiu o empreendimento. A empresa rebatizou o prédio de Solaris, mas a ex-primeira-dama desistiu da cota. Ainda de acordo com a defesa de Lula, ele visitou o tríplex uma única vez, em 2014, acompanhado do então dono da OAS, Léo Pinheiro. O negócio, porém, não foi fechado porque o imóvel não atendia às necessidades da família.

Anulação

Mas, na Lava-Jato, o apartamento foi considerado produto de crime e acabou bloqueado pela Justiça. A tese da acusação era de que Lula teria recebido da OAS vantagens indevidas, entre elas a reserva e as reformas do triplex, em troca do favorecimento da empreiteira em contratos com a Petrobras.

Condenado pelo então juiz Sergio Moro, com sentença confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e mantida, com redução da pena, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), Lula foi impedido de disputar a eleição presidencial de 2018 contra Jair Bolsonaro — Fernando Haddad foi o candidato do PT. Posteriormente, o STF declarou que a Justiça Federal do Paraná não tinha competência para julgar o caso e anulou as decisões. A ação foi enviada à Justiça Federal do Distrito Federal e foi arquivada.

O triplex tem 215 m² distribuídos em três andares, com quatro quartos, cinco banheiros, elevador, churrasqueira e piscina. Em 2018, Moro determinou a venda em leilão. Anos depois, foi adquirido pelo empresário Fernando Gontijo. Em 2022, ele promoveu um sorteio do apartamento, avaliado à época em R$ 3 milhões. O vencedor foi o empresário Antônio Tarcísio Mendes da Nóbrega.

***Estagiário sob a supervisão de Fabio Grecchi**

CONGRESSO

PL na Câmara dividido sobre apoiar Motta

» LUÍZA ALTOÉ

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Nikolas: fechar com Motta é contrassenso, pois esteve com Lula na eleição

A bancada do PL adiou a decisão para a posição que adotará sobre a eleição da Presidência da Câmara. Havia a expectativa de que os deputados chegassem a consenso ontem, durante reunião com o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto. Porém, o partido segue rachado entre apoiar a reeleição do presidente Hugo Motta (Republicanos-PB) e lançar candidatura própria.

Com isso, ficou acordado que o PL consultará cada um dos 121 parlamentares eleitos sobre integrar o bloco de 15 partidos que estão fechados com Motta. Quem votar contra, poderá indicar um nome para ser lançado pelo partido à Presidência. Segundo o líder Sóstenes Cavalcante (RJ), os votos serão secretos e apurados pelos diretórios estaduais. Ele espera a definição do assunto em 15 dias.

Ao optar por ficar de fora do bloco, apesar de ter a maior bancada da Câmara a partir de 2027 — serão 121 deputados —, o PL pode se isolar e perder a prioridade na escolha de cargos na Mesa e no comando de comissões importantes. No grupo de apoio a Motta, tende a ser a primeira a escolher os espaços que quer. Só que parte significativa da bancada defende candidatura própria e entende que esse é o desejo do eleitorado que a elegeu, que quer o PL no comando da Casa para fazer andar pautas de interesse do bolsonarismo.

Um deles é o deputado Nikolas Ferreira (MG), que considera a gestão de Motta "fraca" e muito ligada ao Palácio do Planalto. "Apoiar o Hugo Motta pra mim não é uma via correta, até mesmo porque ele tomou uma posição muito veemente apoiando o (presidente) Lula nestas eleições", disse, antes da reunião.

Ele afirmou que deve sugerir ao candidato escolhido pelo PL alterações nos regimentos internos das duas Casas, para desconcentrar o poder de decisão das mãos dos presidentes. "Não dá para os presidentes da Casa terem tanto poder assim", avalia. Ele relembrou que, no Senado, por exemplo, o presidente Davi Alcolumbre (União-AP) engavetou os pedidos de impeachment do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), apesar da pressão dos pares.

O PL ventila nomes para a Presidência, como Sóstenes, Altineu Côrtes (RJ) e Luiz Philippe de Orléans e Bragança (SP). Ontem, a assessoria de Nikolas buscou reforçar que ele tem idade para concorrer ao posto — o postulante precisa cumprir os requisitos constitucionais para ser deputado federal e ser brasileiro nato.

Se na Câmara o cenário é de indefinição, no Senado o PL lançou Rogério Marinho (RN) candidato à Presidência da Casa. Com a maior bancada a partir de 2027, o partido tenta impedir a reeleição de Davi Alcolumbre (União-AP), que engavetou os impeachments de ministros do STF. Ainda pelo campo da direita, a senadora Tereza Cristina (PP-MS) se apresenta candidata.

Marinho representa o bolsonarismo-raiz e tenta converter o capital da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro em força no Congresso. Tereza, por sua vez, é a alternativa que dialoga com setores da extrema-direita e do centro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Tony Bellotto, *Cabeça Dinossauro* e polícia para quem precisa

Um dos artistas mais importantes de sua geração, como guitarrista e compositor dos Titãs, Tony Bellotto ajudou a dar ao rock brasileiro uma linguagem que traduzia o país que saía da ditadura. Como romancista, fez da investigação criminal uma maneira de percorrer São Paulo e de mostrar o que aproxima as suas elites de seu submundo. Entre a guitarra de *Cabeça Dinossauro* e as histórias do detetive Remo Bellini, há uma pergunta que muda de forma, mas persiste e ganha ainda mais atualidade na crise do Supremo Tribunal Federal (STF): o que acontece quando alguém resolve confrontar a versão de quem tem autoridade para contá-la?

"Pra ajudar!/ Dizem que ela existe/ Pra proteger!/ Eu sei que ela pode/ Te parar!/ Eu sei que ela pode/ Te prender!/ Polícia!/ Para quem precisa/ Polícia!/ Para quem precisa/ De polícia/ Polícia!/ Para quem precisa/ Polícia!/ Para quem precisa", diz a letra punk de Tony Bellotto. *Polícia* é uma das canções mais conhecidas do terceiro álbum dos Titãs. Nasceu de uma experiência do próprio Bellotto.

No fim de 1985, ele e Arnaldo Antunes foram presos em São Paulo num episódio envolvendo drogas. Bellotto extraiu dali uma letra de vocabulário elementar, cuja força está nos verbos ajudar, proteger, parar e prender. O refrão devolve ao ouvinte a pergunta que a letra deixa em aberto: quem pode contar com a proteção da polícia e quem aprende, desde cedo, a temer sua chegada?

Lançado em 1986, *Cabeça Dinossauro* foi o disco em que os Titãs encontraram a sonoridade que aquelas letras pediam. Sob a produção de Liminha, a banda fez conviver a pancada punk de *Polícia*, a ironia doméstica de *Família* e a crítica de *Homem Primata* ao poder do dinheiro. O segredo do grupo foi tratar de instituições, costumes e preconceitos sem transformar a música em discurso. Em *Polícia*, o ataque das guitarras e a insistência do refrão dizem tanto quanto a letra. Quarenta anos depois, o disco voltou aos palcos numa turnê comemorativa.

Em 1995, com *Bellini e a esfinge*, o guitarrista estreou na literatura. Seu detetive particular, Remo Bellini, tem parentesco com Philip Marlowe, de Raymond Chandler. O que aproxima os dois é o modo de atravessar a cidade. Um caso leva o investigador de um endereço a outro, põe em contato pessoas que prefeririam jamais ser vistas juntas e mostra quanto custa sustentar certas aparências. A São Paulo de Bellini também deve algo a Rubem Fonseca, que fez da violência uma via de acesso à vida brasileira. O detetive voltou em outros livros, entre eles *Bellini e o demônio* e *Bellini e os espíritos*. É a São Paulo do banqueiro Daniel Vorcaro e suas perversas conexões com o poder.

A carreira literária ganhou novo relevo com *Vento em setembro*, vencedor do Jabuti de Romance Literário de 2025. Bellotto levou os recursos da literatura policial noir para uma história de desejo, traumas familiares e repressão política. Aos 66 anos, hoje convive com um câncer de pâncreas diagnosticado em março de 2025, um dos mais agressivos. Passou por cirurgia e quimioterapia, retomou o trabalho e, por recomendação médica, ficou fora do show dos Titãs do último sábado, em São José dos Campos. Dias antes, resumira à *Folha de S.Paulo* o que a música representa nesse período de luta pela vida. "Enquanto estou tocando, a doença não existe."

Risco de nulidade

Por ironia, num dos casos investigados por Bellini, as pistas de uma fraude financeira levam o investigador aos gabinetes encarregados de decidir o destino do caso. Foi o que tornou tão delicado o trabalho da Polícia Federal no escândalo do Banco Master. Mensagens extraídas do celular de Vorcaro trazem referências a ministros do Supremo Tribunal Federal. Dois delegados que elaboraram relatórios sobre parte dessas menções perderam funções de chefia, e a direção-geral da PF mandou refazer o material. A corporação encarregada de investigar o banco acabou arrastada para a crise do Supremo. A direção da PF afirma que os relatórios precisam atender à orientação do presidente do STF, Edson Fachin, de registrar todas as menções com o respectivo contexto. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal viu no afastamento um risco de interferência no trabalho dos investigadores. O ministro Gilmar Mendes saiu em defesa do diretor-geral, Andrei Rodrigues, e de sua prerrogativa de fazer mudanças administrativas.

O Ministério da Justiça pediu explicações e a Comissão de Segurança Pública do Senado, por proposta do senador Alexandre Vieira (MDB-SE), aprovou convites para ouvir Andrei e o ministro da Justiça. A menção a um ministro numa conversa de terceiros é insuficiente para sustentar uma acusação. Identificar quem falou, em que circunstâncias e com que respaldo é precisamente o trabalho da investigação. Preservar os relatórios originais e esclarecer por que foram refeitos permitiria avaliar se a revisão corrigiu falhas ou restringiu o alcance da apuração.

A pergunta que a canção de Bellotto fazia na rua chega, assim, aos gabinetes de Brasília. Quando a investigação supostamente ronda gente poderosa, como os ministros do STF Alexandre de Moraes, Dias Toffoli, Nunes Marques, André Mendonça e Luiz Fux, até onde a polícia tem liberdade para ir? Não é uma questão simples de responder, porque também coloca em xeque as instituições que os envolvidos representam, inclusive a PF sob comando de Andrei Rodrigues. Há evidências de que nos bastidores de Brasília está sendo tecido um pacto entre o Executivo, o Congresso e o Supremo para blindar os Poderes após as eleições, quando o que estava na ordem do dia do debate eleitoral eram a reforma política e a do Judiciário. O problema é que a bagunça institucional pode desaguar na nulidade das investigações sobre o Master e, inclusive, beneficiar o pivô de toda essa crise: Vorcaro.